



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

ACTA Nº 5/2018

--*Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Chamusca, realizada no dia vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, na Chamusca.* -----

--*Aos vinte e oito dias, do mês de setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizou-se a Sessão Ordinária, da Assembleia Municipal de Chamusca, sob a Presidência de Joaquim José Duarte Garrido, tendo como primeiro Secretário Maria Inês Fernandes Ribeiro e segundo Secretário António José Tomaz Moreira, convocada nos termos do nº 1, do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a catorze de setembro de dois mil e dezoito, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:* -----

--*1 – Tomada de posse dos membros a integrar o Conselho Municipal de Segurança* ---

-----**DOCUMENTOS / INFORMAÇÃO/ CONHECIMENTO**-----

--*2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Junho a Agosto 2018;* -----

-----**DOCUMENTOS / APROVAÇÃO**-----

--*3 – Contabilidade: Relatório de Contas de 1º Semestre – Apreciação e votação;* -----

--*4 – Recursos Humanos: 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 – Apreciação e votação;* -----

--*5 – Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a manter nos 0.3% – Apreciação e votação;* -----

*--6 – Participação variável de IRS referente aos rendimentos de 2019 a manter nos 5%*

*– Apreciação e votação; -----*

*--7 – Lançamento de derrama a manter nos 1,05% – Apreciação e votação; -----*

*--8 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem a fixar em 0,25% – Apreciação e votação;*

*--9– Alteração dos benefícios fiscais em áreas de reabilitação urbana / atualização dos programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU's) – Apreciação e votação; -----*

*--10– Aumento do prazo de duração do contrato com assunção dos compromissos plurianuais – Apreciação e votação; -----*

*--11– Processo Resitejo/RSTJ – Apreciação e votação: -----*

*--a) Contrato de Sociedade; -----*

*--b) Trespasse do estabelecimento comercial da atual Resitejo para a empresa intermunicipal a constituir; -----*

*--c) Aumento de capital da empresa intermunicipal por incorporação do património da Resitejo; -----*

*--d) Processo de liquidação e extinção da Resitejo; -----*

*--e) Cronograma de constituição da empresa intermunicipal e do processo de liquidação e extinção da Resitejo; -----*

*--f) Delegar competências necessárias no Presidente da Câmara Municipal da Chamusca para realização de todos os atos necessários realizar junto das entidades oficiais para obter todos os pareceres e documentos necessários à constituição da empresa intermunicipal; -----*

*--Processo Resitejo/RSTJ – Apreciação e Ratificação: -----*

*---1. Assinatura do ofício datado de 08/05/2018, através do qual foi remetido o processo*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*de Constituição da EIM para visto prévio do Tribunal de Contas; -----*

*--2. Assinatura do Ofício datado de 25/07/018, através do qual foi enviada resposta aos pedidos de esclarecimento do Tribunal de Contas sobre o pedido de visto prévio apresentado ao Tribunal de Contas; -----*

*--12-- Contratos Interadministrativos entre Câmara Municipal a Chamusca e União das Freguesias de Parreira e Chouto – Apreciação e votação: -----*

*--a) Ligações de equipamentos municipais à rede de águas residuais; -----*

*--b) Obras em espaço público. -----*

*--13-- Adenda ao Protocolo de Colaboração administrativa e Financeira nº 79/2017 entre Câmara Municipal a Chamusca e União das Freguesias de Parreira e Chouto – Apreciação e Votação. -----*

*--1 – Tomada de posse dos membros a integrar o Conselho Municipal de Segurança. ---*

*--Antes de iniciar os trabalhos o Senhor Presidente da Assembleia empossou os Membros do Conselho Municipal de Segurança, abaixo designados, sendo apensada a esta ata a folha de tomada de posse devidamente assinada.: -----*

- *Joaquim José Duarte Garrido – Presidente da Assembleia Municipal da Chamusca*
- *Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado – Presidente da Câmara Municipal da Chamusca -----*
- *Mário João Amaro Ferreira – Presidente da Junta Freguesia de Ulme -----*
- *Bruno Miguel Marques Oliveira – Presidente da União de Freguesias da Parreira e Chouto -----*
- *Rui Miguel Azevedo Martinho – Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande -----*

- *José Lourenço Vieira Trindade – Presidente da Junta Freguesia de Vale de Cavalos -*
- *Jorge Manuel da Silva dos Santos – União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande -----*
- *Hugo Filipe Mendes Rodrigues – Freguesia de Ulme -----*
- *Herculano Emídio F. Amado – Freguesia de Vale de Cavalos -----*
- *António José Moreira – Partido Socialista -----*
- *Maria Manuela Luz Marques – Coligação Democrática Unitária (CDU) -----*
- *Nuno Miguel Fernandes de Jesus – Coligação Chamusca é o Meu Partido (PPD/PSD – CDS-PP) -----*
- *António Manuel R. Ferreira Gouveia – Agrupamento de Escolas da Chamusca ---*
- *Pedro Manuel Frazão Ribeiro – Santa Casa da Misericórdia de Chamusca -----*
- *José Luiz Jesus Fartaria – Caritas da Chamusca -----*
- *Ana Isabel Carvalho Prata – Segurança Social -----*
- *Paulo Petinga – GNR – Chamusca -----*
- *Armando José Marques de Sousa – Proteção Civil -----*
- *Maria Inês Fernandes Ribeiro – Centro de Saúde -----*
- *Rui Miguel Saramago – Comandante dos Bombeiros -----*
- Por falta de comparência não tomaram posse: -----*
- Joel Nunes Marques – Presidente da Junta Freguesia da Carregueira -----*
- Daniel Asseiceira Mendes – Freguesia da Carregueira -----*
- Maria Dulce Pires Braz – União Freguesias Parreira e Chouto -----*
- O Senhor Presidente da Assembleia terminou o ato agradecendo a presença de todos e concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que deu as boas vindas aos novos*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

(S: 28.09.2018)

*membros do Conselho Municipal de Segurança e convocou-os para a primeira reunião a realizar dia quinze de outubro pelas dezassete horas e trinta minutos. -----*

*--Informou, ainda, que devido a alterações no posto do GNR a Senhora Comandante Vera Pereira será substituída pelo Sargento-ajudante Paulo Petinga a partir da próxima segunda-feira. -----*

*--À Senhora Comandante agradeceu o empenho, esforço e disponibilidade manifestada ao serviço do Concelho e juntamente com o Senhor Presidente da Assembleia presenteou-a com uma placa de reconhecimento pela sua missão em prol do Concelho. -----*

*--Colocando-se à disposição, assim como a todos os autarcas, para cooperarem no que for necessário saudou o novo Comandante com uma oferta de boas vindas (leitoeiro de chips para animais). -----*

*--Ambos se mostraram gratos, apresentando a Senhora Comandante o seu agradecimento pessoal pela forma como foi recebida no Concelho disse: - “Levo a comunidade da Chamusca no meu Coração e não é por acaso que vocês são o Coração do Ribatejo.” --*

**-----PRESENÇAS-----**

*--Procedeu-se à verificação das presenças dos eleitos que compõem a Assembleia Municipal de Chamusca, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do n.º 1, do artigo 27º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, dos 20 (vinte) elementos em efetividade de funções: 12 (doze) do PS – Partido Socialista; 4 (quatro) da CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV, doravante “CDU” e 4 (quatro) da Coligação Chamusca é o Meu Partido – PPD/PSD – CDS-PP, doravante “Coligação Chamusca é o Meu Partido”, verificaram-se as ausências devidamente justificadas, por email, com a*

*respetivas indicações de substituição, de Rui Miguel Oliveira da Cruz por Carla Cristina Magalhães e de Joel Nunes Marques por Rui Jorge Martins Gonçalves. -----*

*--Da Câmara Municipal estiveram presentes o Presidente da Câmara Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, a Vice-presidente Cláudia Patrícia Alves Moreira e os Vereadores Gisela Maria Azevedo Trincão Matias, Rui Filipe Rodrigues Ferreira e Rui Miguel Garrido Conde Andrade Rufino. -----*

#### **-----VOTAÇÃO DE ATA-----**

*--O Senhor Presidente da Assembleia explicou que a ata da última sessão não seria colocada à votação dado a necessidade de fazer algumas alterações e acertos na sua forma de execução e que para isso já estaria marcada uma reunião com a Mesa e os Líderes de Bancada para análise e determinação de procedimentos. -----*

#### **-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

*--O Senhor Presidente da Assembleia inquiriu o Plenário sobre a existência de possíveis intervenções: -----*

*--Inscreveram-se as Bancadas da CDU, do PS e da Coligação Chamusca é o Meu Partido.*

*--Deste modo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou dando a palavra a:*

*--José Joaquim de Jesus Braz, CDU, participou que iria apresentar uma moção referente à transferência de competências do Governo Central para os Municípios, ressaltando a preocupação demonstrada pelos Autarcas de Norte a Sul do País porque uma coisa é a autonomia e competências do Poder Local e outra é a transferência de verbas para a prática das mesmas: -----*

#### **-----“MOÇÃO-----**

#### **-----Deliberação sobre Transferência de Competências-----**



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*--1. A Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013) alterada pela Lei nº 51/2018 e a Lei da transferência de competências para as autarquias, Lei nº 50/2018, aprovadas no final da sessão legislativa, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações. -----*

*--Não pode deixar de ser considerado, aliás, o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor que, no acto de promulgação, o Presidente da República referenciou: --*

*-- a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central; -----*

*-- o inerente risco de essa transferência poder ser lida como mero alijar de responsabilidades do Estado; -----*

*-- a preocupação com o não agravamento das desigualdades entre autarquias locais; -*

*-- a exequibilidade do aprovado sem riscos de indefinição, com incidência mediata no rigor das finanças públicas; -----*

*-- o afastamento excessivo do Estado de áreas específicas em que seja essencial o seu papel, sobretudo olhando à escala exigida para o sucesso das intervenções públicas. ----*

*--Por si só, o público reconhecimento destes riscos é prova bastante das insuficiências e erradas opções adoptadas na Lei. -----*

*--Acresce que, em praticamente todos os domínios, apenas são transferidas para as autarquias competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela à revelia da Constituição, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. -----*

*--2. A lei considera transferidas todas as competências, prevendo que os termos concretos da transferência em cada área resultará de Decreto-Lei a aprovar pelo Conselho de Ministros – ou seja, um verdadeiro “cheque em branco” ao Governo para legislar em matéria da competência originária da Assembleia da República. -----*

*--Porém, estabelece que essa transferência se possa fazer de forma gradual e confere às autarquias a faculdade de optarem por adiar o exercício das novas competências por deliberação das suas assembleias, comunicando a sua opção à DGAL nos seguintes termos: -----*

*-- •Até 15 de Setembro de 2018, as autarquias que não pretendam a transferência em 2019; -----*

*-- •Até 30 de Junho de 2019, as autarquias que não pretendam a transferência em 2020.*

*--A partir de 1 de Janeiro de 2021 a Lei considera transferidas todas as competências. -*

*--3. A apreciação geral sobre o processo, o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, a ausência de conhecimento sobre as matérias a transferir, as condições e as suas implicações (só descortináveis com a publicação de cada um dos Decretos-Lei) deviam ter conduzido a que, responsabilmente e na defesa dos interesses quer da autarquia quer da população, se rejeitasse a assunção a partir de 1 de Janeiro de 2019, das novas competências que por diploma sectorial aprovados pelo Governo venham a entrar em vigor. -----*

*--A decisão desta Assembleia no sentido de não levar em linha de conta o que consagra a Lei 50/2018 (a única em vigor), clara e imperativamente, sobre o processo de transferência de competências e as condições para o seu exercício, expôs a autarquia a decisões que podem lesar os interesses do município e das populações. -----*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*--Na verdade as interpretações que o ministério da Administração Interna foi produzindo, sem fundamento jurídico, por vezes contraditórias entre si e, em si mesmas, concebidas como factor de pressão e chantagem sobre os órgãos autárquicos, mais não visaram do que levar as autarquias à inacção e colocando-as em situação próxima da aceitação tácita de novas responsabilidades e maiores encargos. -----*

*--Atendendo aos considerandos referidos, a Assembleia Municipal, reunida a 28 de Setembro de 2018, delibera: -----*

*--1. Rejeitar a assunção de competências que venham a ser transferidas por via dos decretos-lei sectoriais que o Governo tem em elaboração; -----*

*--2. Reclamar: -----*

*-- - o início de um processo sério de descentralização, inseparável da consideração da criação das regiões administrativas; -----*

*-- - a reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações; -----*

*-- - o início de um processo de recuperação da capacidade financeira dos municípios e da sua plena autonomia - requisitos indispensáveis para o exercício pleno das atribuições do poder local e das competências dos seus órgãos; -----*

*-- - a identificação de novas competências que se adequam ao nível municipal, não comprometendo direitos e funções sociais do Estado (designadamente a sua universalidade), que sejam acompanhadas dos meios financeiros adequados e não sirvam de pretexto para a desresponsabilização do Estado, por via de um subfinanciamento que o actual processo institucionaliza. -----*

*--Os eleitos da CDU -----*

*--28.09.2018" -----*

--Continuou mencionando que após estas negociações mais uma vez foi prometida a descentralização de competências da regulamentação para as Autarquia, mais um problema adicionado, deste modo e com base nisto exigem autonomia e transferência de competências. -----

--Referindo como áreas já acordadas entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo Central: - Áreas Protegidas, Órgãos dos Serviços da Autarquias Locais, Policiamento de Proximidade, Captação de Investimento Financeiro por Fundos Europeus, Promoção Turística, Segurança contra Incêndios, Ação Social e Transporte de Passageiros. Quanto às restantes ainda há muita pressão de inúmeros presidentes de câmara dado o receio de ficar “com o menino nas mãos” e sem as verbas para fazer face às responsabilidades. -----

--O Eleito Nuno Jorge Lino Mira, PS, afirmou a sua dificuldade em votar a moção por não a entender muito bem, assim sugeriu que a mesma fosse votada na próxima sessão para que haja tempo da analisar na íntegra devido à sua importância e especificidade. -----

--Usando novamente da palavra José Joaquim Jesus Braz, CDU disse haver conhecimento das imposições da lei mas nada sobre a transferência de verbas aí a importância da moção, mesmo percebendo a dificuldade do PS em a aprovar. Porém alertou de que muitos dos municípios que reivindicam esta autonomia são do PS, no entanto há grandes Câmaras com “peso” no País que não concordam, querem que haja negociações, abertura e assunção da transferência de verbas por parte do Governo. Aqui não pode existir luta partidária mas sim a defesa dos interesses da população, julga que o Deputado Nuno Mira compreende a moção não a quer é votar por questões políticas. Contudo apelando à honestidade afirmou que se houver concordância com o previsto, com os prazos, ficarem



# MUNICÍPIO DE CHAMUSCA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*calados e assumirem um “cheque em branco” tudo bem, se entenderem o contrário pondera que ficará bem ao PS a nível nacional reivindicar a transferência de competências desempenhando o seu papel junto da população que os elegeu, não vê mal nenhum nisso, afinal estamos num País livre. -----*

*--Intervindo Celina Raquel Bacalhau de Moura, PS esclareceu que os prazos ainda não foram ultrapassados porque a lei só produz efeitos após pronúncia da Associação Nacional de Municípios e que não podem votar nada sem saberem as orientações. -----*

*--Maria Manuela Luz Marques, CDU, referiu que por vezes são apanhados de surpresa com alguns temas trazidos para debate na Assembleia, porém não está em causa o votar por não ter percebido o conteúdo da moção mas sim o princípio de voto. Disse gostar de saber qual a posição do Executivo sobre a matéria e se já foi discutido em reunião de Câmara. Quanto ao prazo indicou terminar a quinze de outubro, não havendo resposta é considerado que o Município está de acordo e aceita as condições propostas. -----*

*--Silvina Maria Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, referiu que a Associação Nacional de Municípios Portugueses enviou, a dezasseis de março, a circular 27/2018, às Câmaras Municipais, que substancia o resultado das conversações com o Governo, perguntando porque só em Agosto é que a Assembleia teve conhecimento disso.*

*--O Senhor Presidente da Assembleia lembrou a defesa do Concelho considerando ser isso que os deve unir na forma de pensar e que uma posição do Governo não pode pôr isso em causa. -----*

*--O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou que relativamente à circular a explicação terá de ser do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pois a circular da Associação Nacional de Municípios Portuguesas foi reencaminhada atempadamente. ----*

--Quanto ao restante informou que o Executivo apenas abordou informalmente o assunto não tendo discutido nada em concreto até à data, sabe da existência de alguma concordância por parte da ANMP e da ANAFRE sobre alguns os pontos, mas no que respeita aos diplomas setoriais ainda não há acordo. De momento às Autarquias Locais o que falta saber são as condições das transferências de competências do Estado Central e quais são efetivamente as transferências feitas dentro do pacote financeiro e de tudo o que lhe está associado. Demonstra preocupação porque, até à data, em concreto só se sabe que até dois mil e vinte e um, em conformidade com a lei, as competências terão que ser assumidas, porém tem a certeza de que enquanto Autarcas, tanto da Câmara Municipal como das Juntas de Freguesias, há áreas que dominam melhor que o Governo Central no entanto há outras que não faz sentido serem transferidas a não ser que o pacote de transferências seja sustentável reforçar com recursos humanos e infraestruturas. -----

--Concedida a palavra o Senhor Vereador Rui Rufino, Coligação Chamusca é o Meu Partido, acrescentou que a moção já não está atualizada, dado que já houveram mais consensualizações hoje, e que a pronuncia tinha que ser até quinze de setembro e não até quinze de outubro como passou a ser após um despacho de um Ministro, alteração que não compreende como pôde ser feita. -----

--O Senhor Presidente da Assembleia questionou se a Senhora Deputada estava elucidada com as respostas e assegurou perante as palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal que a Assembleia Municipal, “salvo quando erra e quando erra retifica imediatamente esse seu erro porque não tem compromissos com o erro”, manda sempre toda a documentação que lhe chega “na hora certa e com os timings certos”. -----

--José Joaquim Jesus Braz, CDU, explicou que a moção seria uma forma de pressão para



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*que o Governo negocie e discuta com a ANMP no sentido de efetuar as transferências. -*  
*--Esclareceu que tinha visto, hoje, no portal da ANMP que onze áreas tinham sido consensualizadas e que dizia: "A própria Associação Nacional de Municípios continua aberta ao diálogo e exige garantias do Governo para que sejam garantidas as reais qualidades do serviço prestado pelas Autarquias. Considera que a educação e a saúde são áreas tão importantes que há uma comissão prévia expressa para negociar a exigência de verbas, tendo em conta os projetos e os custos que estas acarretam para que haja um serviço de qualidade. As Autarquias com a sua autonomia podem gerir pela sua proximidade e por conhecimento da realidade porém o Estado não se pode descartar das suas competências nestas áreas. A ANMP está a exigir que sejam garantidas as transferências das competências, daí o alargamento do prazo até quinze de outubro, para que sejam fechadas as negociações e se alcance a garantia de um serviço de qualidade às populações. -----*

*--O Senhor Presidente da Assembleia questionou o Senhor Deputado se a sua bancada pretende manter a moção ao que este respondeu que sim, de modo a moção foi colocada à votação e **Rejeitada**, por maioria com 12 votos contra da Bancada do PS, 2 abstenções da Coligação Chamusca é o Meu Partido e 6 votos a favor (4 da bancada da CDU e 2 da Coligação Chamusca é o meu Partido). -----*

*--Prosseguindo o período de antes da ordem do dia e concedida a palavra o Senhor Deputado, da Coligação Chamusca é o Meu Partido, Rui Miguel Azevedo Martinho citou:*

*--"Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia Municipal. -----*

*--Cumprimentando V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> cumprimento todos os presentes. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, embora alguns teimem em não o admitir, o Sr. é a figura*

*hierárquica de topo no nosso Concelho. -----*

*--Como alguém disse um dia, nunca se esqueça de que não existe dinheiro público. Todo o dinheiro arrecadado por este Município é tirado do orçamento doméstico, da mesa das famílias. -----*

*--Com uma maioria absoluta perniciosa, temos assistido ao longo do ano de 2018, a um verdadeiro desbaratar de recursos económico financeiros de que alguém será o responsável. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, sabe dizer-me qual foi o motivo que levou a Vereadora Gisela Matias a ter que solicitar a gravação de atas das reuniões da Câmara Municipal? (15/5) -----*

*--O Sr. sabe dizer-me se e quando virá a esta casa o Protocolo entre o Município e a Resitejo, relativo à limpeza urbana da UFCPG? -----*

*--É verdade ou mentira que o Município tinha um Acordo de Execução com a UFCPG, até 31 de Dezembro de 2017, em que transferia anualmente a quantia de 69.350,60€?? -*

*--É verdade ou mentira que o Protocolo com a Resitejo implica agora para o Município um custo também anual mas de 162.000,00€, a partir de 01 de Janeiro passado?? -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, estes valores correspondem a uma diferença anual de 92.649,40€ a mais, o que no final do mandato dá um custo adicional para o Município de 370.597,60€. -----*

*--São cerca de duas vezes e meia mais, o que quer dizer que o valor transferido para a UF no decurso do último mandato corresponde praticamente ao mesmo valor pago à Resitejo apenas durante o corrente ano de 2018!!! -----*

*--Quando eu próprio alertava para que os recursos que estavam a ser transferidos para*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*a UF no âmbito da limpeza urbana eram escassos, a resposta invariável era que chegavam muito bem e eu é que não os sabia gerir. -----*

*--Tal situação levou até, como todos têm conhecimento, à retirada da delegação de competências à UFCPG. -----*

*--Portanto, os cerca de 69.000€/ano dantes chegavam muito bem e agora parece que os 162.000€/ano não chegam, senão vejamos o estado da limpeza urbana nesta UF. Quem é que afinal não sabe gerir?? -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, é verdade ou mentira que a empreitada do Centro Escolar da Chamusca já foi alvo de duas prorrogações? A primeira por 72 dias e a segunda de 164, o que perfaz um total de 236 dias. -----*

*--Sendo que o prazo da obra era de 272 dias, facilmente se constata que as prorrogações quase que provocam uma duplicação do prazo inicial da obra. -----*

*--O segundo pedido de prorrogação de prazo (os 164 dias) foi deferido por despacho do Sr. Presidente da Câmara, alegando baixa qualidade da mão de obra local e dificuldades na contratação. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, este Centro Escolar é de facto um caso pioneiro. Os atrasos que se verificam desde o início da obra, só podem ser aceites se a sua causa tiver origem imprevisível, como condições climatéricas adversas, incêndios, erros e omissões, etc. -----*

*--Como é que se podem conceder prorrogações sucessivas (para o dobro do tempo inicialmente previsto) com base em critérios como a baixa qualidade da mão de obra local?-----*

*--Então o empreiteiro não sabia para onde vinha? Não sabia quais os recursos humanos*

*que tinha na sua empresa quando concorreu a uma obra que tinha um prazo de 272 dias?-----*

*--As causas invocadas configuram um atraso não desculpável, uma vez que fazem parte, evidentemente, do controlo do empreiteiro. Assim sendo, este atraso é não compensável, o que não dá direito ao empreiteiro a prorrogação do prazo. -----*

*--Sucedede que, ao não se penalizar o empreiteiro, está-se a ser profundamente injusto perante aqueles que concorreram à execução da obra no pressuposto de que cumpririam o prazo determinado. -----*

*--Não se penaliza o empreiteiro, não se aplicam as multas contratuais legalmente previstas para colmatar o aumento de despesa do Município e este assume mesmo continuar a pagar a fiscalização da obra. Fiscalização esta que nunca deverá ser inferior a 20.000€!! Será até um valor bem mais elevado e gostaria de saber qual o valor exacto em que os cofres do Município serão delapidados só nesta situação. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, tal como à mulher de César não basta ser sério... é preciso parecê-lo. -----*

*--É verdade ou mentira que no mesmo dia 17/7/2017, foi feito um ajuste directo de 2 obras no valor de 70.000€ à empresa "Linha Alterada Lda", de fora do nosso Concelho e nem sequer se consultou a empresa chamusquense Gabicrel, que, conforme disse o seu sócio gerente aqui nesta Casa, possui no seu currículo uma quantidade apreciável de dezenas de projectos para Unidades de Saúde? -----*

*--É verdade ou mentira que no dia 21/8/2017 foi adjudicado directamente a uma só empresa de fora do Concelho, o projecto de reabilitação de diques por 21.000€? -----*

*--Soubemos também aqui, pela voz do responsável pela Gabicrel, que esta empresa*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*realizou um projecto bem mais complexo para o Município da Golegã por 9.400€. -----*

*--Quais foram os critérios definidos para o convite na escolha da empresa? -----*

*--Só neste caso, e não tendo o Município qualquer termo de comparação com outra empresa, o erário público ficou lesado em cerca de 12.000€!! -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, é verdade ou mentira que o Concelho da Chamusca perdeu a instalação do canil intermunicipal porque se ofereceu, num Concelho tão vasto como o nosso, com cerca de 746Km2, precisamente um terreno que não tinha condições?? -----*

*--Perdeu-se um investimento de cerca de 400.000€. -----*

*--Quantos postos de trabalho se perderam também? -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, é verdade ou mentira que só a 1ª fase do Mercado Municipal já custou 148.979,22€ e encontra-se fechado? -----*

*--É verdade ou mentira que está previsto existir naquele espaço uma mercearia, padaria, papelaria, 2 espaços de restauração, bancas para venda de produtos locais e uma sapataria? -----*

*--Gostaria de saber se houve algum estudo de mercado que detectasse a escolha destas valências, e em caso afirmativo, a ele ter acesso. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, é verdade ou mentira que se pretendem adquirir, novamente a uma empresa de fora do concelho, 180 lonas impressas, pelo valor de 28.800€ + IVA?? (IVA = 35.424€; 23/8; 1.080d; Lasersite) -----*

*--É verdade ou mentira que a fonte ornamental do Parque Municipal custou ao erário público 9.800€ + IVA?? (10.388€; 15/5) -----*

*--É verdade ou mentira que só o aluguer de som e iluminação para as Festas do*

*Arripiado (11 a 15/8) custou 8.750€?? (14/8) -----*

*--É verdade ou mentira que o aluguer de tendas/stands para vários eventos até 31/12 custou 64.153€ + IVA?? (7/5) -----*

*--Quais são esses eventos?? -----*

*--É verdade ou mentira que o serviço de segurança e vigilância em vários eventos até 31/12 custou 21.960€ + IVA?? (15/5) -----*

*--Quais são esses eventos?? -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, é verdade ou mentira que o serviço de vigilância e segurança no Edifício dos Paços do Concelho e sessões da AM custa 16.140€ + IVA por ano, o que dá 1.345€/mês + IVA, ou seja, mais do que um Técnico Superior e ao nível de um Chefe de Divisão?? -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, para terminar devo dizer que dos factos seguintes faço a ressalva da presunção de inocência dos visados. -----*

*--O Sr. Presidente da Assembleia enviou aos Deputados Municipais um requerimento em que um Munícipe solicitava a Vª Exª, entre muitos outros pontos, os seguintes: -----*

*-- “Seja comunicada às autoridades estatais com competência para fiscalizar a Autarquia, para que estes possam proceder também às diligências que acharem convenientes”; -----*

*-- “Seja feita denúncia ao Ministério Público de todos os factos declarados e averiguados como ilícitos e nulos, bem como a suspensão de funções do Presidente da Câmara e demais agentes envolvidos nos actos ilícitos, para assim prevenir a continuação das mesmas práticas ilícitas”. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. remeteu o referido requerimento para*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*resposta ao Sr. Presidente da Câmara, o qual, num documento muito bem elaborado, lhe respondeu em 25 pontos, dos quais destacaria os seguintes: -----*

*--Ponto 15 – Em face dos esclarecimentos prestados acima, não se vislumbra necessidade, nem fundamento legal, para a comunicação “às autoridades estatais”, que o requerente não identifica, por não se vislumbrar a prática de qualquer ilícito que mereça tal reporte, deixando-se todavia a resposta a essa solicitação confiada à Assembleia Municipal, a quem é dirigido o requerimento. -----*

*--Ponto 22 – Quanto à denúncia ao Ministério Público de todos os factos declarados e averiguados como ilícitos e nulos e a suspensão de funções do ora signatário, cumpre esclarecer que, quanto ao 1º pedido, caberá aos membros desse órgão decidir o que fazer, pese embora o facto de também o requerente, em face das suspeitas que lança, o poder fazer junto do Ministério Público, e quanto ao 2º pedido, não cabe à AM suspender de funções o ora signatário”. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, sucede que não fui ouvido nestas matérias, pelo que questiono se foi Vª Exª de per si a tomar a decisão de ignorar aquilo que, avisadamente, o Sr. Presidente da Câmara lhe transmitiu nos atrás citados pontos 15 e 22. -----*

*--Sr. Presidente da Assembleia, nunca se esqueça de que não existe dinheiro público. Todo o dinheiro arrecadado por este Município é tirado do orçamento doméstico, da mesa das famílias. -----*

*--De acordo com questão apresentada pelo Senhor Deputado o Senhor Presidente da Assembleia solicitou que a Senhora Vereadora Gisela Matias respondesse o porquê de requer as gravações das reuniões de Câmara. -----*

*--Explicando a Senhora Vereadora que fez esse pedido para que as atas tivessem uma*

*transcrição mais correta e para que nela fossem incluídos todos os pontos abordados. ---*

*--Demonstrado o seu contentamento pelo conhecimento do Senhor Deputado, tomando-o como prova de que a democracia está a funcionar e que tanto a Assembleia como a Câmara Municipal querem e dão a saber tudo à população, o Senhor Presidente da Assembleia, não podendo deixar passar em vão o mencionado, afirmou não estar zangado mas considerar muito pertinente que um cidadão agarrando-se a pressupostos impossíveis, porque está ferido constitucionalmente, conjecture, que ele, Presidente da Assembleia, tem por direito ouvir todas as palermices que lhe passem pela cabeça. -----*

*--Continuou afirmando terem todos como interesse comum o melhor para a população e que os serviços da Câmara Municipal têm timings para as respostas, assim agradece que o Senhor Deputado não torne a parafrasear o termo “práticas ilícitas” porque ninguém, na sala, o merece de forma gratuita, sendo inequívoco que foram escolhidos os melhores para defender o Concelho. Assim não concebe que um eleito se apresente referindo o que outras pessoas lhe disseram, como forma de exploração política, porque tudo é feito em defesa da população da Chamusca. -----*

*--Concedia a palavra o Senhor Presidente da Câmara mencionou que após as acusações proferidas, algumas gravíssimas, dando razão ao Senhor Presidente da Assembleia tem toda a razão, referenciando ser verídico que relativamente aos números a análise financeira foi feita porque há questão de disponibilizar a informação e tornar claro como é gasto o dinheiro do erário público. -----*

*--Sobre as acusações expressas no documento apresentado à Assembleia Municipal, por um cidadão da Chamusca, a resposta foi dada ao Senhor Presidente da Assembleia e que logicamente apresentou, enquanto cidadão, uma queixa-crime contra o Senhor porque o*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*documento contem acusações demasiado graves pelo que competirá ao Ministério Público investigar, uma vez que não pretende que sejam concebidas e levantadas suspeitas, como o Senhor Deputado fez questão de exhibir. -----*

*--Como nota demonstra-se preocupado com as questões, levantadas em Assembleia Municipal, que reforçam as preocupação de alguns cidadãos, por motivos pessoais, mas que se refletem a nível político. -----*

*--Sobre a limpeza urbana referiu haver um protocolo com a RESITEJO, que os preços referidos estão corretos, no entanto salienta que tinha sido bom que o Eleito tivesse feito caminhadas no anterior mandato pois decerto haveria um registo fotográfico muito interessante, como o Município tem, porém fez questão de durante quatro anos nunca expor nada nas redes sociais. E perante toda a Assembleia declarou ser de muito mau tom, a nível institucional, as caminhadas exibidas pelo seu homólogo da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, sabendo tratar-se de uma necessidade a nível de saúde deseja-lhe as rápidas melhoras, no entanto o registo fotográfico é ainda mais importante.-*

*--Aditou que as competências acordadas com a RESITEJO não são iguais às que foram com a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, esta última não comportava a recolha de monos, a recolha de verdes porta a porta e a limpeza fora do perímetro urbano, no fundo não tinha muita coisa que existe agora em contrato com a RESITEJO.*

*--Quanto às prorrogações de prazo, na empreitada do Centro Escolar, estão relacionadas as alterações ao projeto, principalmente durante a última prorrogação, nomeadamente com erros e omissões em fase de projeto, no valor de vinte mil euros em dois milhões e cem mil euros de projeto e com cerca de sessenta mil euros de alteração, que fez questão em fazer, na substituição da cobertura da zona antiga da escola e do telheiro das traseiras.*

--Acrescentou, ainda, que quem passou a informação passou-a mal porque o que está realmente referido em despacho é que as alterações foram por erros, omissões e alterações ao projeto. -----

--Disse ainda que em reunião de Câmara comunicou que a Empresa estava com dificuldades em arranjar subempreiteiros, para algumas especialidades, o que acabou por atrasar também a obra. -----

--Informou o Eleito da significativa alteração dos preços com a questão da reabilitação urbana e financiamento, dando como exemplo o preço do reboco que passou, em cerca de um ano, de oito euros o metro quadrado para vinte euros. -----

--Quanto à fiscalização de facto houve um acréscimo na ordem dos quarenta mil euros tendo a empresa construtora assumido como contrapartida o aluguer dos módulos onde está alojada a escola do primeiro ciclo e do pré-escolar. -----

--Sobre a reabilitação dos diques trata-se de um processo da Comunidade Intermunicipal sendo o Município dono de obra e promotor de projeto, este envolve também a APA, Ministério do Ambiente, dentro das alterações climáticas. Esclareceu que o serviço foi adjudicado à única empresa que contactou o Município e se dispôs a fazer o trabalho e pelo valor do projeto podia-se fazer ajuste direto. -----

--O Canil Intermunicipal tendo em conta a salvaguarda da população, inclusivamente pelo incómodo do ruído, foi analisado, pelos técnicos e pela própria Comunidade Intermunicipal, que o terreno proposto pela Câmara da Chamusca no cimo da zona industrial de Ulme seria o mais favorável. Assim e quando avançou a fase de projeto por parte das Águas do Ribatejo revelou-se que as infraestruturas a nível de abastecimento de água e ETAR teriam que sofrer uma alteração de cerca de trezentos mil euros. Só adutora



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*para abastecimento de água para lavagem dos canis rondaria os cinquenta mil euros, assim foi considerando que um investimento de quatrocentos e cinquenta mil euros para instalação de um canil, de cem mil euros, não fazia sentido pelo que disponibilizaram de imediato a realocização do mesmo dado tratar-se um canil intermunicipal. -----*

*-- Confirmou que os valores das obras do Mercado Municipal são os descritivos, informou que no sábado anterior terminou o prazo de resposta ao concurso para a segunda fase do breiming, decoração das lojas e de toda a parte funcional. -----*

*-- Sobre as lonas apenas referiu tratar-se de uma questão de preço, após consulta. -----*

*-- Assentiu que os nove mil euros foi o valor da reparação da fonte no Parque Municipal, motores, bombagens e manutenção de um ano e que foi entregue a uma empresa porque engloba diversas especificações. -----*

*-- O som e iluminação para o Arripiado foi de facto o valor registado. -----*

*-- Quanto às tendas são contratadas para o ano inteiro porque é mais barato do que fazer gradualmente sempre que necessário. -----*

*-- Explicou que sobre a segurança o Senhor Deputado não fez as contas bem porque tem que dividir por catorze e não por doze. -----*

*-- Retomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia pediu desculpa, ao seu homólogo da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, pela forma acalorada com que falou perante a ofensa pessoal que lhe fez, referindo não lhe ter respondido à última questão, que no fundo era a mais importante, ou seja tudo aquilo que respondeu ao cidadão Augusto Figueiredo é porque confia nos serviços da Câmara Municipal e nas pessoas todas a quem confiou a resposta final às entidades, que lhe merecem o maior empenho. Claro que tudo demora o seu tempo e as respostas tem que ser dadas com*

*sensatez e discernimento porque envolvem setenta e dois moradores das casas do Bairro 1º de Maio. Disse, ainda, em sua opinião que todas as situações colocadas ao Presidente da Assembleia Municipal deverão ser sempre em defesa do Concelho e nunca mais admitirá que o Senhor Deputado ponha os assuntos em termos pessoais como tentou. ----*

*--Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, sugeriu que o Senhor Presidente da Assembleia não estava atento aquando da sua intervenção pois não proferiu qualquer ofensa pessoal e lembrou que o advertiu para não falar em práticas ilícitas quando apenas falou na situação da presunção de inocência, no entanto mais importante foi que citou apenas o constante no requerimento distribuído pelos Deputados Municipais. -----*

*--Continuou afirmando ter lido um excerto do requerimento e uma resposta, muito bem-feita, do Senhor Presidente da Câmara referente aos dois pontos em que ele diz que cabe à Assembleia Municipal a decisão do que fazer. Prosseguiu dizendo que quando o requerimento do cidadão foi distribuído questionou-o mas nunca foi ouvido pelo que interrogou se foi o Senhor Presidente de per si que tomou a responsabilidade de não fazer nada.-----*

*--Interrompendo o Senhor Presidente da Assembleia declarou que só podem ser dadas as respostas conferidas por lei daí o ter solicitado aos serviços que trabalhem no sentido de quando chegar a versão final dos serviços técnicos possam discutir, ou não consoante o que achar. Rematou indicando ser seu timbre nunca deixar de ouvir as pessoas e que o Senhor Deputado ainda não foi ouvido porque de momento o assunto está nos serviços técnicos para que, perante a lei, apurem o pretendido e isso demora o seu tempo, os serviços não estão a brincar, na Câmara Municipal trabalhasse. Quando houver algo o*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*Senhor Deputado, assim como os restantes saberão porque não esconde informação. -----*

*--Rui Miguel Azevedo Martinho, Coligação Chamusca é o Meu Partido, afirmou que ainda bem que vai receber o esclarecimento, no entanto comentou que o Senhor Presidente da Assembleia ficou agastado pela questão que apresentou. -----*

*--Prosseguindo o Eleito citou ter sido com muito gosto que viu confirmados os valores que disse, compreende que o Senhor Presidente da Câmara se preocupe com o referido, mas fica muito triste por este trazer para a Assembleia o seu estado de saúde, considera de um mau gosto "atroz", porém vê que segue fielmente as suas caminhadas. -----*

*--Reiterou que tinham cerca de sessenta e nove mil euros na União de Freguesias e agora a RESITEJO tem cento e sessenta e dois e que nas caminhadas que fazia dantes se tirasse fotografias eram idênticas às atuais, por aí logo se vê quem sabe gerir ou não. -----*

*--Atalhando o Senhor Presidente da Assembleia advertiu o Senhor Deputado para que se dirigisse às pessoas de forma correta. -----*

*--Dizendo este não ter outra maneira de o dizer, continuou referenciando pela voz do Senhor Presidente da Câmara que as competências da RESITEJO são muitas mais o que não é verdade. A União de Freguesias detinha cinco espaços verdes (Zona Industrial, Senhor do Bonfim, Piscinas Municipais, Vimioso e Quinta do Nicho), mantinha, reparava e substituía o mobiliário urbano instalado no espaço público, fazia pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico a RESITEJO não abarca nada disso. -----*

*--Ou seja com sessenta e nove mil euros a União de Freguesias fazia tudo o que a RESITEJO com cento e sessenta e dois não faz. -----*

*-Quanto à sapataria prevista para o Mercado Municipal o Senhor Presidente da Câmara*

*zombou dele, mas se alguém mentiu foi ele pois está referido numa ata de reunião de Câmara e provavelmente assim está explicado porque é que a Vereadora Gisela Matias quer as gravações das atas das reuniões. -----*

*--Sobre o aumento dos materiais de oito euros para vinte euros a Câmara Municipal “não é a Santa Casa da Misericórdia” pelo que tem que exigir o que está estipulado se a empresa não cumpriu tem que arcar com a despesa. -----*

*--De acordo com o proferido pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a semana da Ascensão, mais uma vez, não foi respeitada a verdade pois questionou se eram sessenta e quatro mil cento e cinquenta e três euros mais IVA o aluguer dos stands e das tendas ao que ele respondeu ser por causa da Ascensão, no entanto este valor é outra coisa porque a Ascensão está prevista noutras rubricas. -----*

*--Aluguer de expositores da Feira Social nove mil e quinhentos euros aluguer de tenda e painel led dez mil e setecentos euros, aquisição do stand do Município oito mil euros, tudo extra aos sessenta e quatro mil euros. -----*

*--Concedida a palavra à Bancada do PS, Pedro Miguel Martins Braz exigiu um pouco de respeito pela Assembleia Municipal, já estão há mais de uma hora a discutir “o diz que disse” o que não faz muito sentido. -----*

*--Continuando na Bancada do PS, Nuno Jorge Lino Mira dirigindo-se aos Senhores Deputados da CDU afirmou que a sua honestidade é de bom-tom, recomenda-se e as suas respostas são sempre as mais honestas possíveis. -----*

*--No que concerne ao Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande disse ter ficado muito contente por este finalmente ter descoberto o Base.gov disponível para que todos os Municípios possam aceder e ver onde é gasto o dinheiro do*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*erário público. Naturalmente não conhecia esta plataforma porque nunca fez nenhuma obra. -----*

*--Frisando que este referiu várias vezes a má gestão do Senhor Presidente da Câmara, argumentando que andava a “desbaratar” dinheiro, recordou que em dois mil e treze, aquando da tomada de posse do Executivo a Câmara Municipal tinha uma dívida superior a sete milhões de euros que atualmente ronda um milhão e meio de euros. Lembrando, ainda, o Deputado que quando da sua posse a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande estava endividada e a primeira coisa que este fez foi colocar-se a tempo inteiro sendo esse meio tempo adicional pago da respetiva União de Freguesias. -----*

*--Mudando de tema comentou a inauguração do Gabinete para a Juventude, um espaço que admite vir a ter um papel importante na aproximação, na efetivação e promoção das políticas públicas para os jovens do Concelho, congratulando o Executivo pela iniciativa, acreditando numa boa adesão. -----*

*-- Focando o recomeço do ano letivo salientou o grande investimento feito na educação, que demonstra a colossal relevância que o Município dá aos jovens e ao seu futuro. Destacou também, os vários projetos apresentados, no plano de atividades, quer para os alunos dos diferentes ciclos escolares bem como para a restante comunidade escolar (auxiliares, professores e pais) dado todos serem fundamentais no sucesso escolar, sendo deveras essencial o envolvimento de todos, pois quando os projetos vingam quem ganha são os alunos. -----*

*--Usando da palavra Maria Manuela Luz Marques, CDU, questionou em que ponto da ordem de trabalhos se situam, se já se encontram nos documentos para informação e conhecimento ou se ainda estão no período de antes da ordem do dia, uma vez que já foram*

*abordado imensos assuntos contemplados no relatório de atividades ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu que, de facto são os melhores que a população escolheu, no entanto têm uma imaginação muito fértil e estão todos ou divagar ou a mostrar que sabem algumas coisas, do que é público saber e das quais é feita questão que se saiba. Garantiu, ainda, que no final da intervenção na Senhora Deputada será dado por terminado o período de antes da ordem do dia.-----*

*--Retomando a palavra Maria Manuela Luz Marques, CDU, fazendo questão de aditar algo à intervenção do Partido Socialista, mais precisamente sobre o início do ano letivo e da atividade em parceria entre o Município e o Agrupamento das Escolas, assim disse ter sido uma iniciativa positiva na sua génese, porém na concretização teve dois assuntos que a magoaram. Assim e relevando a necessidade da participação e do envolvimento de todos indagou o porquê de não terem estado presentes, na iniciativa, os legítimos representantes dos pais, dos encarregados de educação, dos assistentes operacionais e técnicos dos diversos estabelecimentos de ensino. -----*

*--O Senhor Presidente da Câmara sublinhando o prazer do Município em ter realizado conjuntamente com as escolas o início do ano letivo, mencionou tratarem-se de competências do Município, em co-responsabilização com o agrupamento de escolas, referentes ao pré-escolar e ao primeiro ciclo e que fazem questão de oferecer à comunidade escolar e ao Agrupamento algumas atividades. Esclareceu que foi feita a receção ao professor, com a sua presença, a da Vereadora da Educação e a da Direção do Agrupamento, informou ter havido uma reunião com todas as assistentes operacionais na qual também foi realizada a abertura do ano letivo, sendo que antes se efetuaram algumas ações de formação, inclusivamente para os mentores de AEC, para os técnicos*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*do Gabinete de Desporto, do Gabinete da Educação. Informou a declinação de uma reunião, para o início do ano letivo, com a Associação de Pais os quais alegaram que reuniriam após as eleições, dos novos membros, no final de outubro. A Senhora Vice-presidente junto da Associação de Pais reiterou, sem resposta até agora, ser muito importante que reunissem para que lhe fossem transmitidos todos os projetos antes de serem do conhecimento público. Deste modo o documento está parado para que primeiro seja apresentado e explicado à Associação de Pais as atividades que decorrerão durante o ano letivo. Resumindo as receções foram separadas dado que as atividades oferecidas são direcionadas para cada um dos sectores da comunidade escolar. -----*

*---Tomando a palavra a Senhora Deputada Maria Manuela Luz Marques, CDU, disse não ter sido isto que questionou e repetindo perguntou porque é que no início do ano letivo, aquando da sessão pública de boas vindas e onde foram dados a conhecer os projetos porque é que os representantes dos pais /EE e assistentes operacionais e assistentes técnicos, não estiveram presentes. Advertiu que o convite era expressamente para pessoal docente e para-docente não para assistentes operacionais, assistentes técnicos e encarregados de educação, certo que estavam outros parceiros que trabalham em educação, mas importantes para o sucesso da educação são também os pais. Podemos ter bons projetos inovadores que o sucesso não acontece se não estiverem em consonância com as necessidades detetadas e para que os meninos cá estejam e tenham o sucesso que desejamos, à que pensar rapidamente em investimento, em criação de trabalho porque ninguém fica por cá, se não houver trabalho. -----*

*--Silvina Maria Frias Fernandes, Coligação Chamusca é o Meu Partido, apresentou um documento e fez questão do seu registo em Ata: -----*

*--“Senhor Presidente -----*

*--A primeira questão que gostaria de fazer é relativa ao projeto das atividades de enriquecimento curricular, AEC, desenvolvido no ano letivo anterior, estamos em crer porque de outra forma não poderia ser foi realizada uma avaliação junto dos intervenientes sobre a forma como estas decorreram, assim a Bancada Chamusca é o Meu Partido solicita que a mesma seja disponibilizada a todas as forças políticas com acento nesta Assembleia. -----*

*--Outra questão relativa a este tema prende-se com informações facultadas aos elementos desta Bancada aquando do regular contacto com a comunidade educativa, nomeadamente pais e professores titulares de turma e que se prendem com as insuficiências detetadas ao ano letivo transato. Decerto foram detetadas pelo Executivo na referida avaliação, tais como. -----*

*--Falta de esclarecimento sobre o projeto aos pais; -----*

*--Falta dos mentores sem aviso prévio, ficando alguns alunos à mercê deles próprios ou com um assistente operacional; -----*

*--Falta de comunicação pela parte dos mentores ao titular de turma e aos pais de situações graves de agressões e comportamento; -----*

*--Falta de igualdade relativamente a atividades desenvolvidas dentro de cada uma das componentes deste projeto. -----*

*--Perante algumas destas situações que medidas foram tomadas, gostaríamos de saber.*

*--A Bancada Chamusca é o Meu Partido solicita, ainda, que nos seja cedido o projeto das atividades de enriquecimento curricular do presente ano letivo. -----*

*--Queremos, ainda, lamentar profundamente que o presente ano letivo tenha iniciado*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*sem que o coordenador do projeto das AEC'S tenha tido uma palavra na receção aos alunos e encarregados de educação para transmitir as linhas gerais deste projeto de que todos falam mas que poucos conhecem. -----*

*--Em relação à segunda questão a Bancada Chamusca é o Meu Partido solicita que sejam enviados por mail os planos de atividades de todas as associações do Concelho com protocolos de colaboração administrativa e financeira com o Município da Chamusca, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao associativismo da Chamusca. -----*

*--Por último, e é de conhecimento de todos os Membros desta Assembleia, a troca de correspondência entre o Senhor Presidente da União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, Rui Martinho, com o Senhor Vereador da Câmara Municipal, Rui Ferreira, e o Senhor Presidente da Câmara Paulo Queimado, após leitura atenta dos referidos emails, onde são reportadas situações de insatisfação de Múncipes, ou simples pedidos de esclarecimento ao Presidente do Executivo, verificamos que as respostas dos Membros do Executivo são elaboradas com expressões inadequadas e em alguns casos são feitas insinuações, quase acusações, graves. -----*

*--Não nos revemos definitivamente nesta forma de estar na vida pública entendemos que os juízos de valor e as avaliações são feitas por todos os Múncipes de quatro em quatro anos, após esse período procuramos colaborar com todos os Eleitos, dos mais diversos cargos a bem do Concelho da Chamusca e das suas gentes. -----*

*--Pretendemos portanto manter esta postura ao longo de todo o Mandato e esperamos sinceramente que as atitudes, afirmações e insinuações de outros não nos obriguem a desviar este rumo, estamos e estaremos sempre disponíveis para prestar todas as*

*informações, esclarecimentos relativos a todos os processos e protocolos em que estamos envolvidos ou temos parte ativa. -----*

*--Por último e a título pessoal agradeço igualmente, para evitar indisposições como foi dito, haja mais cuidado na linguagem usada, salientando acima de tudo que a humildade e a simplicidade são a base da transparência e portanto do sucesso.” -----*

*-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----*

*--2 – Relatório de Atividades do Executivo Municipal Relativo aos Meses de Junho a Agosto 2018; -----*

*--Baseando-se no aludido relatório o Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou sucintamente o seu teor, abordou a situação de gestão financeira do Município, que flui dentro do previsto, as obras e projetos em decurso. Colocando-se à disposição, assim como ao Executivo, para esclarecimento de quaisquer dúvidas ou questões. -----*

*--Dado que o relatório de atividades elenca diversas áreas mas não as explicita, Maria Manuela Luz Marques, CDU, solicitou alguns esclarecimentos: -----*

*--Demolições de edifícios em diversas Freguesias em que âmbito, que edifícios são e o é feito a seguir. -----*

*--Limpeza de terrenos – qual a situação de Vale de Cavalos e Pinheiro Grande em relação aos incumpridores. -----*

*--Polo da CASULME (Centro de Dia do Semideiro) – qual o ponto de situação. -----*

*--Requalificação da EBI e JI da Chamusca – saber o custo médio mensal do funcionamento do Edifício. -----*

*--Águas do Ribatejo - demonstrou grande preocupação relativamente ao estado das estradas depois da reparação de roturas. -----*



# MUNICÍPIO DE CHAMUSCA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

--*Questionou que procedimentos concursais para Assistentes Operacionais estão a decorrer para Ulme e para que áreas.* -----

--*Gostaria também de saber porque é que desde maio e inclusive no presente relatório não consta nenhuma atividade no âmbito ação social, uma vez que no projeto de orçamento aprovado em outubro se falou em diversas ações, com grande dinâmica e projetos, que detetariam uma série de dificuldades a nível das famílias.* -----

--*CPCJ – interrogou se os elementos eleitos pela Assembleia Municipal já foram notificados e se já tomaram posse na comissão alargada.* -----

--*EMIC – qual o ponto de situação.* -----

--*Aquando da limpeza dos contentores colocam sempre uma etiqueta que deveria ter a data, porém deixam-nas sem nada escrito e como são quatro por ano gostaria de saber quantas é que já foram efetuadas.* -----

--*Sobre o Parque dos Amores Impossíveis, o Cais de S. Marco, o Centro de BTT e a Casa das Artes queria saber o ponto de situação.* -----

--*Relativamente ao empreendedorismo e ao apoio à criação e fixação de emprego constava no orçamento a ampliação das zonas industriais do Concelho, assim questionou se já existe algo feito.* -----

-- *AECS – revelou preocupação quanto ao desconhecimento da avaliação do início destes projetos do ano letivo anterior, interrogou se estão alterações previstas dado que nem tudo correu bem e que informações foram dadas aos encarregados de educação.* -----

-- *Gostaria de saber o avaliado quanto à feira social e qual apreciação dos participantes, isto porque na última Sessão questionou sobre e lhe foi dito que ainda estavam a ultimar algumas coisas.* -----

*--Saber, ainda, a estimativa da festa do Arripiado. -----*

*--Tomando a palavra para responder às questões colocadas, pela Deputada Maria Manuela Luz Marques, o Senhor Presidente referiu: -----*

*--Sobre a demolição de Edifícios foi feita a identificação de uma série de edifícios que constituíam perigo dentro dos perímetros urbanos, irá ser dada prioridade aos que estão nos centros mais urbanos, os proprietários estão a ser contactados e em caso de interesse para projetos do Município serão negociados contratos de cedência, a troco da demolição, outros, por ausência ou desinteresse dos herdeiros, serão tomados por posse administrativa e demolidos para segurança da população quanto aos restantes far-se-á vistoria e no caso de acordo com os donos tentar-se-á dar-lhe um destino ou finalidade em contrapartida do preço de demolição se estes não tiverem condições para assumir, senão tomar-se-á posse administrativa dos edifícios, fazendo o seu abatimento e limpeza, sendo depois vedado para posterior procedimento de contraordenação para que o Município seja ressarcido do trabalho executado. -----*

*--Relativamente à limpeza de terrenos participou a consumação de todas as ceifas planeadas dentro do Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta contra incêndio, foram duzentos e sessenta quilómetros lineares que incluíram o abate de árvores na estrada de Vale Carlos e no Vale da Lama da Atela, mencionou que a Junta de Freguesia da Carregueira a União de Freguesias de Parreira e Chouto executaram tarefas similares nas estradas principais das suas Freguesias conforme contratos interadministrativos e o Município concretizou as restantes não incluídas nos contratos. A Junta de freguesia de Ulme, por dificuldades técnicas, só realizou a ceifa na estrada municipal, no troço Ulme/Semideiro e o Município executou o não contemplado no contrato*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*interadministrativo. -----*

*--Foram remetidas cento e oito as notificações aos proprietários por causa da limpeza dos terrenos, dentro das faixas de gestão de combustível incluída na operação Floresta Protegida, salientando termos sido dos Concelhos com menor número de notificações e das reclamações entregues ao Município foram endereçadas dezasseis notificações. Disse poder assegurar pelas verificações e pelo que foi executado que noventa por cento dos casos, voluntariamente, já estão resolvidos. Final de junho foi o prazo apurado, em sede de Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, pelo que no início de julho, após nova verificação, irão avançar os processos de contraordenação aos não cumpridores, sobre os treze autos de contraordenação da competência da GNR sabe-se que dois dos proprietários realizaram a limpeza atempadamente e à data existem dois autos de contraordenação a processar pelo Município. As desmatações da responsabilidade do Município foram e estão a ser feitas com os próprios meios, na Carregueira realizou-se a limpeza de dois terrenos, na ZAE de Ulme prevê-se a realização da desmatção por parcelas e também o abate de árvores de forma a criar alguma descontinuidade, no Pinheiro Grande foi por solicitação efetuada a limpeza de um terreno do Estado. -----*

*--Sobre as estradas de terra batida andam a ser regularizadas desde o início do ano, sendo que esta regularização atingiu o seu maior número de quilómetros em estradas do campo para apoio aos agricultores, transmitiu que decorre também a apreciação pública do regulamento de utilização de estradas, pedindo inclusive o contributo dos Senhores Deputados na elaboração do mesmo. -----*

*--Comunicou a existência de uma candidatura aprovada pelo ICNF para beneficiação e*

*reparação de cerca cinquenta quilómetros lineares dos caminhos florestais (estradas de terra batida) no Concelho. -----*

*--Em relação ao futuro Centro de Dia do Semideiro, após todos os constrangimentos, está em fase de adjudicação da obra que entretanto se iniciará. -----*

*--Sobre os custos efetivos com o novo Edifício do Centro Escolar, ainda não existe um estudo, no entanto é evidente um acréscimo considerável em relação aos consumos de energia, contudo trata-se do conforto para as crianças e para os docentes. -----*

*--Referiu que as reparações das estradas após roturas é uma grande preocupação do Município e inclusivamente do Concelho de Administração e da Assembleia Geral das Águas do Ribatejo, de momento a equipa "tapa buracos", do Município, está a substituir os empreiteiros das Águas do Ribatejo cobrindo várias valas e fazendo a regularizações de piso. Está a ser feito um levantamento total dos trabalhos para enviar às Águas do Ribatejo para que o Município seja ressarcido do investimento que tem feito. -----*

*--Aludindo não haver nada em específico para Ulme explicou que o que decorre são os procedimentos concursais de assistentes operacionais, nomeadamente para a educação, que se irão iniciar as suas funções na segunda-feira, dia um. -----*

*--Quanto aos relatórios da Ação Social os serviços fazem o seu envio mensalmente que é partilhado com a Assembleia Municipal, não estão contemplados no relatório de atividades para que não seja demasiado exaustivo. -----*

*--Relativamente à CPCJ dos quatro elementos que foram eleitos pela Assembleia dois deles não puderam estar presentes por compromissos profissionais no entanto asseguraram estar na próxima Comissão Alargada da CPCJ. -----*

*--O EMIC está em funções cumprindo o projeto que a Comunidade intermunicipal*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*apresentou para todos os Municípios, de momento está a ser analisado relativamente às salas do futuro o projeto para o novo centro escolar, com exceção das outras salas que serão denominadas LAIC porque estão dentro do projeto do Laboratório de Aprendizagens Criativas e Inovadoras da Chamusca. A EMIC, com a Dra. Joana Carvalho estão a articular com a Comunidade intermunicipal todos os projetos. Julga que no caso tem sido a Chamusca que tem dado mais propostas para a elaboração dos projetos de EMIC. -----*

*--Sobre a limpeza dos contentores disse ir verificar se a questão das etiquetas está generalizada dado que foi feita a lavagem de todos os contentores há duas semanas, inclusivamente foi executada fiscalização para assegurar de que estava tudo a ser feito corretamente. -----*

*--Em relação aos projetos dos Amores impossíveis, Casa das Artes e Cais de S. Marcos estão apresentados ao Turismo de Portugal, do Cais de S. Marcos houve um pedido de esclarecimento sobre a memória descritiva que já foi respondido, aguardando-se neste momento o resultados das candidaturas. -----*

*--Mencionou que sobre as Zonas Industriais do Concelho está a ser feita a sua regularização, de seguida passarão à correção das áreas da Zona Industrial do Chouto e serão feitas as escrituras dos espaços que só tem contrato de promessa de compra e venda. Assumiram com a ADIP que o Município avança assim que haja financiamento para tal decorre a averiguação de linha de financiamento para zonas industriais. -----*

*--Esclareceu que nas AECS a avaliação foi feita no devido local, inclusivamente no Conselho Geral de Educação foi citado pelos representantes dos pais, para além de*

*reconhecerem a necessidade de algumas melhorias fundamentais, consideraram a apreciação bastante positiva dentro do projeto das AECS. -----*

*--Aos Encarregados de Educação foi também participado, no Conselho Geral de Educação, o projeto AEC para este ano, julgando que posteriormente a Associação de Pais terá dado conhecimento aos pais do Concelho. -----*

*--Sobre a Feira Social reconhece ter dito que faria chegar a avaliação, porém por lapso não foi remetida a ninguém o que irá ser feito. -----*

#### **-----DOCUMENTOS / APROVAÇÃO -----**

*--3 – Contabilidade: Relatório de Contas de 1º Semestre – Apreciação e votação; -----*

*--Limitou-se por os dados estarem disponíveis a referir ser o relatório de auditoria, de carácter obrigatório, elaborado por auditor externo. -----*

*--Começou por congratular o executor documento, que considera excelente, explícito e de fácil análise, Nuno Jorge Lino Mira, PS, destacou o bom estado das contas do Município da Chamusca que apresenta um saldo de gerência superior a dois milhões e setecentos mil euros e um total de empréstimos de cerca de um milhão e quinhentos mil euros, concluindo que se o Município quisesse amortizar, hoje, a totalidade dos empréstimos o poderia fazer ficando, ainda, com um saldo superior a um milhão e duzentos mil euros em conta. Mencionou como importante e digno de realce os dois dias de prazo médio de pagamento do Município.-----*

*--Dado por encerrado, o ponto foi colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--4 – Recursos Humanos: 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2018 – Apreciação e votação;-----*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

--O Senhor Presidente da Câmara explicou, que de modo a corresponder às necessidades do Município, com a perspetiva e dimensão do novo Centro Escolar o proposto é a alteração do Mapa de Pessoal através do aumento de lugares para três assistentes operacionais para a Divisão Municipal de Intervenção na subunidade orgânica de Educação aproveitando o processo Concursal que ainda está a decorrer. -----

--Consultado o Plenário sobre possíveis intervenções e nada surgindo foi o devido ponto colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos.-----

--5 – **Fixação de Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a manter nos 0.3%** –  
Apreciação e votação; -----

--Referiu tratar-se de uma proposta de manter em 0,3% as Taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis e que para os prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo, se fixe a redução da taxa com dedução fixa em: -----

- 20€ para um dependente a cargo; -----
- 40€ para dois dependentes a cargo; -----
- 70€ para três ou mais dependentes a cargo. -----

--Nada surgindo e após votação foi **deliberado** por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos manter a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos 0.3% -----

--6 – **Participação variável de IRS referente aos rendimentos de 2019 a manter nos 5%**  
– Apreciação e votação; -----

--A Assembleia Municipal, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, **Aprovou** manter nos 5% a participação variável de IRS referente aos rendimentos de 2019. -----

--7 – **Lançamento de derrama a manter nos 1,05%** – Apreciação e votação; -----

--O Senhor Presidente da Câmara propôs à Assembleia Municipal que os sujeitos passivos

*com um volume de negócios, no ano anterior, que não ultrapasse os centos e cinquenta mil euros sejam isentos de lançamento de derrama durante um ano. -----*

*--Consultado o Plenário sobre possíveis intervenções e nada surgindo foi o devido ponto colocado à votação e **Aprovado** por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos. ----*

*--8 – **Taxa Municipal de Direitos de Passagem a fixar em 0,25%** – Apreciação e votação;*

*--Nada advindo foi **Aprovado**, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, fixar em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. -----*

*--9 – **Alteração dos benefícios fiscais em áreas de reabilitação urbana / atualização dos programas estratégicos de reabilitação urbana (PERU's)** – Apreciação e votação; -----*

*--Concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, este explicou que por força da entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foram alterados os artigos 45º e 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com impacto nos benefícios associados às Áreas de Reabilitação Urbana. -----*

*--Deste modo e tendo em conta que o Município tem aprovadas as ARU 1 da Chamusca, Aru 2 da Chamusca e respetivos programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, bem como a delimitação das ARU 3 da Chamusca ARU 4 e ARU do Arripiado torna-se indispensável promover a atualização resultante destas alterações. Assim esclarece que o proposto é: -----*

*--Que os benefícios fiscais constantes dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, assim como as delimitações das áreas aprovadas, passem a ser os que constituem a nova redação dos referidos artigos. -----*

*--Que os processos de aferição do estado de conservação do imóvel, iniciados até 31 de dezembro de 2017, sejam concluídos de acordo com o vigente contexto do EBF e que se*



# MUNICÍPIO DE CHAMUSCA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*mantenham os benefícios decorrentes do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).* -----

*--Não havendo intervenções a Assembleia Municipal votou e **Aprovou**, por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, o acima proposto.* -----

*--10 – **Aumento do prazo de duração do contrato com assunção dos compromissos plurianuais** – **Apreciação e votação;*** -----

*--Explicou o Senhor Presidente da Câmara a necessidade de parar algumas viaturas antigas, dado estarem a dar despesas superiores ao pretendido aluguer em renting de duas viaturas tipo Pick-Up e duas de passageiros.* -----

*--Assim e para proceder a esta locação o proposto e pedido à Assembleia Municipal é a autorização para o aumento do prazo de vigência do contrato para 48 meses (de 2018 a 2022) e consequentemente autorizar a assunção de compromissos plurianuais no mesmo prazo, com os montantes estimados, de acordo com a lei nº 8/2012:* -----

<i>Rendas/Anos</i>	<i>Capital</i>	<i>IVA</i>
<i>1 a 2</i>	<i>3 124.58€</i>	<i>718.65€</i>
<i>3 a 14</i>	<i>18 747,50€</i>	<i>4 311.93€</i>
<i>15 a 26</i>	<i>18 747.50€</i>	<i>4 311.93€</i>
<i>27 a 38</i>	<i>18 747.50€</i>	<i>4 311.93€</i>
<i>39 a 48</i>	<i>15 622.92€</i>	<i>5 593,27€</i>
<i>Total</i>	<i>74 999.00€</i>	<i>17 247.71€</i>

*--Consultado o Plenário sobre possíveis intervenções apresentou-se Maria Manuela Luz Marques, CDU, que salientou o saldo francamente positivo do Município e perguntou qual o benefício do aumento deste prazo.* -----

*--Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara ser uma questão de gestão, ou seja faz-se diluir o prazo da amortização das viaturas pelo estado de conservação e quilómetros contratados, tendo portanto o Executivo considerado serem quatro anos um período aceitável. Acrescentou que o estudo realizado apurou que três ou quatro anos apresentam praticamente o mesmo valor e que esta dilatação de prazo aumenta o período do renting.*

*--Nada mais surgindo foi o devido ponto colocado à votação e Aprovado por maioria com treze votos a favor (doze do PS e um da Bancada da Coligação Chamusca é o Meu Partido), três abstenções (Coligação Mais e Melhor) e quatro votos contra (CDU) e em minuta para efeitos imediatos.-----*

*--11 – Processo Resitejo/RSTJ – Apreciação e votação: -----*

*--Referindo que os eleitos, com certeza, tiveram oportunidade de ver o documento o Senhor Presidente da Câmara fez uma nota introdutória ao ponto elucidando que o solicitado à Assembleia Municipal é que delibere e autorize as alíneas do ponto abaixo discriminado.*

*--Acrescentou que a delegação de competências está relacionada com o ter sido escolhido, enquanto Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, como representante de todos os Municípios no que se refere, principalmente, à assinatura de ofícios da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. para as diversas entidades. -----*

*--Ainda, sobre a matéria deu a conhecer que das várias reuniões tidas, inclusivamente com o Secretário de Estado do Ambiente, foi demonstrada a preocupação por a Resitejo estar sobredimensionada uma vez que quando foram apresentados os projetos tiveram sempre em consideração e refletida na linha de projetos a Lezíria enquanto entidade entregadora de resíduos, porém devido ao encerramento da Ecolzíria célula de aterro da Raposa, a*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*Resitejo está também a tratar dos resíduos sólidos urbanos dos Municípios a sul da Lezíria. -----*

*--Mencionando que pessoalmente anda a sugerir há três anos, desde que era Presidente da Assembleia Geral da RESIURB a associação que detinha a Ecolezíria, é o que estão de momento a tentar ou seja que os Municípios a sul do Distrito se possam associar à Resitejo, fazendo deste modo crescer o sistema criando sustentabilidade na sua unidade de tratamento mecânico. -----*

*--Explicado que foi o assunto e nada surgindo o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação as diversas alíneas do ponto, resultando: -----*

*--a) – Contrato de sociedade – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--b) Trespasse do estabelecimento comercial da atual Resitejo para a empresa intermunicipal a constituir – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--c) Aumento de capital da empresa intermunicipal por incorporação do património da Resitejo – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--d) Processo de liquidação e extinção da Resitejo – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----*

*--e) Cronograma de constituição da empresa intermunicipal e do processo de liquidação e extinção da Resitejo – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----*

--f) Delegar competências necessárias no Presidente da Câmara Municipal da Chamusca para realização de todos os atos necessários realizar junto das entidades oficiais para obter todos os pareceres e documentos necessários à constituição da empresa intermunicipal – **Aprovado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----

--Processo Resitejo/RSTJ – *Apreciação e Ratificação:* -----

--1. Assinatura do ofício datado de 08/05/2018, através do qual foi remetido o processo de Constituição da EIM para visto prévio do tribunal de Contas – **Ratificado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU e em minuta para efeitos imediatos. -----

--2. Assinatura do Ofício datado de 25/07/018, através do qual foi enviada resposta aos pedidos de esclarecimento do Tribunal de Contas sobre o pedido de visto prévio apresentado ao Tribunal de Contas – **Ratificado** por maioria com 16 votos a favor e 4 abstenções da Bancada da CDU. -----

--12– *Contratos Interadministrativos entre Câmara Municipal a Chamusca e União das Freguesias de Parreira e Chouto* – *Apreciação e votação:* -----

--a) *Ligações de equipamentos municipais à rede de águas residuais* – **Aprovado** por unanimidade, sem qualquer tipo de intervenção. -----

--b) *Obras em espaço público* – *À semelhança do anterior também este Contrato Interadministrativo foi votado e **Aprovado** por unanimidade.* -----

--13– *Adenda ao Protocolo de Colaboração Administrativa e Financeira nº 79/2017 entre Câmara Municipal a Chamusca e União das Freguesias de Parreira e Chouto* –



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*Apreciação e Votação – Nada surgindo passou-se à votação sendo a dita Adenda Aprovada por unanimidade. -----*

*----- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO -----*

*--Inquirido o público sobre possíveis intervenções apresentou-se o munícipe José Monteiro, como Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Chamusca, que após saudar os presentes disse: -----*

*--“Fiquei satisfeito com a informação do Senhor Presidente relativamente ao IMI, à preocupação que o Senhor Presidente tem relativamente ao pagamento do IMI das associações entre as quais os bombeiros. Pode crer que a minha é muito superior à sua porque esta saga dos bombeiros começou em março de dois mil e dezassete, como sabe, com a alteração da legislação do IMI os bombeiros começaram a pagar três mil euros em relação aos blocos que tem na Quinta do Nicho, em março de dois mil e dezassete eu manifestei essa preocupação, era possível a Câmara regulamentar essa isenção. Eu não percebo mas compreendo que o período de março a setembro de dois mil e dezassete foi um período de eleições em que não houve tempo para as resolver, compreendi perfeitamente que não tivesse sido resolvido essa regulamentação sobre as isenções. Este ano em março de dois mil e dezoito os bombeiros não pagaram três mil euros, pagaram três mil mais quatro mil, quer dizer pagaram sete mil euros dos blocos porque a legislação considera que os bombeiros têm um património superior a seiscentos mil euros, portanto somos ricos, uns dinheiros que tínhamos amealhado para uma ambulância foram para as finanças. Essa preocupação tenho-a manifestado várias vezes com o Senhor Presidente, manifestei-a com o Senhor da Assembleia e quando li ainda há pouco a ordem de trabalhos de hoje pensando eu que esse regulamento interno teria*

*que ser aprovado hoje para os bombeiros poderem pedir a isenção e essa isenção ser aprovada na Assembleia em dezembro eu pergunto se a Câmara, ou o Presidente pensa que esse problema do regulamento do pedido de isenção aos bombeiros consegue estar concluído no final do ano ou se os bombeiros vão pagar para o ano novamente um valor de sete mil euros de imposto?”-----*

*--O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Gabinete Jurídico está a tratar do assunto, com todos os prazos legais, pelo que espera que esteja tudo resolvido para aprovação na próxima Sessão, a não ser que nos períodos de consulta e de discussão pública surja algum contratempo que leve a alterações. -----*

*--Retomando a palavra José Monteiro referiu: -----*

*--“A permanência da direção dos bombeiros está dependente disto, pelo menos da minha parte, porque um ano e meio penso que é tempo suficiente para se resolver uma regulamentação que existe noutras Câmaras Municipais. Portanto não é concebível que andemos a definir uma regulamentação, não sei se há pormenores jurídicos, que me ultrapassam, que sejam de uma dificuldade “doida”. -----*

*--O que eu queria perguntar é se temos tempo até ao final do ano e os bombeiros terem uma aprovação de uma isenção em Assembleia porque penso que não temos tempo. Então desculpe Senhor Presidente mas andamos a brincar há um ano e meio com um valor que já vai em dez mil euros.” -----*

*--Respondeu o Senhor Presidente da Câmara que realmente a questão colocada e que retorquiu era se o regulamento estaria em condições de em dezembro ser aprovado. -----*

*--Quanto à isenção para os bombeiros neste momento já não é possível, recordou, o Senhor Presidente da Associação de Bombeiros Humanitária de Bombeiros Voluntários*



MUNICÍPIO DE CHAMUSCA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(S: 28.09.2018)

*da Chamusca, do valor transferido pelo Município para o funcionamento da Associação, que ronda os cento e muitos euros por ano e que inclusivamente realizamos protocolo de entrega de equipamentos de quase cinco mil euros, com o compromisso da entrega, para o ano, de mais cinco euros para equipamentos para combate a incêndios urbanos. Compreendendo a dificuldades acrescentou que em análise, com a associação, poderão ver um apoio extraordinário para o IMI. -----*

*--Interrompendo o Município afirmou que o Senhor Presidente da Assembleia há dois meses lhe disse para estar descansado que não iria descurar a situação. Considera que não há preocupação nenhuma com o que se está a passar. Perguntou se sabem o que custa a arranjar sete mil euros, que a Associação tem trinta e oito funcionários aquém têm que pagar todos os meses. Quanto custa arranjar sete mil euros e quantos quilómetros têm que andar para arranjar sete mil euros. -----*

*--O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse não ter gostado do citado, no entanto as palavras são e ficarão com o município. -----*

*--O suporte digital encontrar-se, como habitualmente no Gabinete da Assembleia Municipal para eventuais consultas e continuará a servir de apoio às atas, pelo que há partes em que são apenas feitas referências sumárias das intervenções realizadas durante o decorrer dos trabalhos. O suporte digital desta sessão será denominado de Sessão Ordinária de setembro de 2018. -----*

*--Nada mais advindo, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, da qual se lavrou a presente Ata que, conjuntamente com os Senhores Presidente da Mesa e Segundo Secretário passo a assinar.*

*J. L.*

Juán Libero

---

*Libero*

---